



CONTRATO Nº 077/2023

As partes que celebram este contrato de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA - MT** e do outro lado a empresa **CINTIA OHANA DA SILVA LTDA.**

1.1 A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**, pessoa jurídica de direito público, sediado a Rua 16 de Julho, 815 – CEP: 78243-000, Centro, Nova Lacerda - MT, inscrita no CNPJ: 01.614.519/0001-22, neste ato representado pelo Gestor do município, o Sr. **UILSON JOSÉ DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 1033978-7 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 621.764.391-04, residente e domiciliado à Tulipa Negra, S/N, CEP: 78243-00, Nova Lacerda – MT, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**;

1.2 - A empresa **CINTIA OHANA DA SILVA LTDA**, inscrita no CPF com o nº 44.566.403/0001-78, Logradouro: R Rio Branco nº 577, Bairro Centro, CEP: 76.988-074, município de Vilhena, neste ato por seu representante legal, denominada **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE MEDICO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA, PARA PRESTAR SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA CATEGORIA DE CLÍNICA MÉDICA, ATRAVÉS DE ATIVIDADES NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA PARA OS USUARIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DE NOVA LACERDA.**

SERVIÇOS MÉDICOS	QUANT.	VALOR Un.	VALOR TOTAL
01.SERVIÇOS DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO – MEDICO – PARA ATENDIMENTO NO PSF COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS	04 meses	R\$ 22.222,48	R\$ 88.889,92
02. SERVIÇOS DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO – DO TIPO MÉDICO CLÍNICO GERAL, 12 HORAS DE PLANTÃO	180	R\$ 700,00	R\$ 126.000,00
03. SERVIÇOS DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO – DO TIPO MÉDICO CLÍNICO GERAL, 04 HORAS DE PLANTÃO	100	R\$ 233,33	R\$ 23.333,00
04. SERVIÇOS DE PROCEDIMENTO MÉDICO – DO TIPO SERVIÇO DE REMOÇÃO DE PACIENTE EM UTI MÓVEL COM ACOMPANHAMENTO MÉDICO – CIDADE DE PONTES E LACERDA/MT E VILA BELA DA SATÍSSIMA TRINDADE/MT	60	R\$ 700,00	R\$ 42.000,00
05.SERVIÇOS DE PROCEDIMENTO MÉDICO – DO TIPO SERVIÇO DE REMOÇÃO DE PACIENTE EM UTI MÓVEL COM ACOMPANHAMENTO MÉDICO – NOVA LACERDA/MT À CIDADE DE CÁCERES/MT	60	R\$ 1.200,00	R\$ 72.000,00
06.SERVIÇOS DE PROCEDIMENTO MÉDICO – DO TIPO SERVIÇO DE REMOÇÃO DE PACIENTE EM UTI MÓVEL COM ACOMPANHAMENTO MÉDICO – NOVA LACERDA/MT À CIDADE DE CUIABA/MT	60	R\$ 1.500,00	R\$ 90.000,00
TOTAL			R\$ 442.222,92

Cintia



1.1 O presente contrato decorre do Processo de Dispensa de Licitação 031/2023, art.24, IV da Lei 8.666/1993, referente a contratação emergencial.

1.2 A Administração Pública regerá esse contrato pelos princípios da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado, e pela Indisponibilidade do Interesse Público, dentro do Regime de Direito Público.

1.3 Esse contrato tem natureza precária, podendo ser extinto pela Administração Pública antes do encerramento do prazo de vigência fixado, caso a situação de emergência seja solucionada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

2.0. O valor global do referido contrato é de **R\$ 442.222,92 (quatrocentos e quarenta e dois mil e duzentos e vinte e dois reais e noventa e dois centavos).**

2.1 O serviço descrito no item 01, qual seja, SERVIÇOS DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO – MEDICO – PARA ATENDIMENTO NO PSF COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS, serão pagos em parcelas mensais de R\$ 22.222,48 (vinte dois mil, duzentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos).

2.2 Os serviços descritos nos demais itens serão pagos conforme autorizações da Secretaria de Saúde, bem como a devida necessidades de urgências e plantões, desde modo, a Administração Publica não está obrigado a utilizar de todo o saldo e serviços descritos nesse contrato.

2.3. O pagamento será realizado conforme os serviços forem sendo realizados.

2.4. O pagamento será autorizado após a apresentação de nota fiscal.

2.5.1 A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao departamento responsável pelo pagamento.

2.5.2 O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, para créditos em banco, agência e conta corrente indicado pela contratada.

2.5.3. As taxas referentes ao envio de TED e ou DOC serão efetivamente descontados do valor a ser pago a favorecida.

2.6. Será considerado data de pagamento o dia que constar a emissão da ordem bancária.

2.7. Quanto ao pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

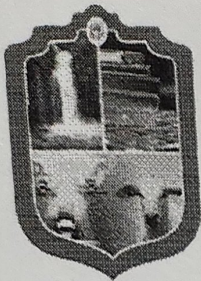
3.1. Deu origem a esse Contrato o processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO 31/2023, POR CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL, conforme art. 24, IV, Lei 8.666/1993, e TERMO DE REFERENCIA nº 02/2023, ao qual as partes encontram-se vinculadas, segundo o orçamento e a proposta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E DA VALIDADE DO CONTRATO

4.1. O presente contrato tem **sua validade e efeitos a partir da data da assinatura, sendo 30 de outubro de 2023, (30/10/2023) com efeitos válidos 28 de fevereiro de 2024 (28/02/2023,** podendo ser prorrogado conforme haja a continuidade da emergência que resultou esse contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Carteira



PREFEITURA MUNICIPAL DE

NOVA LACERDA

Gestão 2021-2024

5.1. Os serviços deverão ser prestados conforme a solicitação da Administração Pública bem como a proposta apresentada pela empresa no processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO 31/2023**.

CLÁUSULA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

6.1. As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que serão aplicadas em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes deste pacto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1. A hipótese de rescisão do ajuste entre as partes são conforme os previstos nos art. 78 da Lei 8.666/1993.

7.2 O termo de rescisão deverá ser em conformidade com o caso, especialmente em caso de aprovação de candidato em processo seletivo para a vaga emergencial ocupada por essa CONTRATADA;

7.3 Deverá ser apresentado o balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

7.3.1 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

7.3.2 Indenização e multa.

8.0. É direito da Administração, em caso de rescisão administrativa, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei 8.666/93.

8.1 É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de rescisão.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. Da Contratada:

8.1.1. Prestar o serviço conforme o estabelecido na proposta de **DISPENSA DE LICITAÇÃO 31/2023** e o presente contrato.

8.1.1.2 Realizar os serviços de plantões e remoções médicas de acordo com as escalas da Secretaria de Saúde e o disposto na LEI MUNICIPAL Nº 967 DE 09 DE MARÇO DE 2023 e LEI MUNICIPAL Nº 981 DE 15 DE SETEMBRO DE 2023, em prazo razoável de acordo com a solicitação da administração Pública.

8.1.2. Cumprir com proficiência, zelo, dedicação, probidade e lealdade os serviços contratados, cumprindo os dispositivos da LEI MUNICIPAL Nº 967 DE 09 DE MARÇO DE 2023 e LEI MUNICIPAL Nº 981 DE 15 DE SETEMBRO DE 2023;

8.1.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato;

8.1.4. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

8.1.5. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

8.1.6. Responder perante o CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou da sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo à execução do objeto deste contrato;

8.1.7. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de

Carvalho



PREFEITURA MUNICIPAL DE

NOVA LACERDA

Gestão 2021-2024

ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato.

8.1.8. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

8.1.9. Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

8.1.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente contrato, observado o art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

8.2. Da Contratante:

8.2.1. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste contrato;

8.2.2. Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste contrato;

8.2.3. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente pacto;

8.2.4. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA. Notificando a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

8.2.5. Cumprir e fazer cumprir os termos das Leis n.º 8.666/93 e do presente instrumento;

8.2.6. Efetuar os pagamentos devidos através de crédito (ordem bancária) a ser depositada em conta corrente da contratada e no valor correspondente, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização;

8.2.7. Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitando os direitos da CONTRATADA;

8.2.8. Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

8.2.9. Fiscalizar, notificar e tomar as devidas providências em caso de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

9.1. A empresa contratada que descumprir quaisquer das condições deste instrumento, ficará sujeita às penalidades nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam

a) Advertência;

b) Multa de 1% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos; e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa ou cobradas administrativa ou judicialmente, obedecido o contraditório e ampla defesa;

9.3. A empresa que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura pelo prazo de até dois anos.

Carteira



PREFEITURA MUNICIPAL DE

NOVA LACERDA

Gestão 2021-2024

9.4. Em caso de multa, os valores da mesma serão descontados dos pagamentos devidos à CONTRATADA. Caso a CONTRATADA não possua nenhum valor a receber da Prefeitura, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, respeitado o direito de ampla defesa, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Setor competente para que seja inscrita na dívida ativa da Prefeitura, podendo ainda proceder à cobrança judicial.

9.5. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de (05) cinco dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

9.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas nesta seção, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

9.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Prefeitura.

9.8. De acordo com o estabelecido em lei, poderão ser acrescidas sanções administrativas previstas em instrumento convocatório e no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização exercida no interesse da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA NULIDADE DO CONTRATO

11.1. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, observando os preceitos constantes dos artigos 49, 50 e 59, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA EFICÁCIA

12.1. O presente contrato só terá validade depois de aprovado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e eficácia depois de publicado, por extrato, no “Diário Oficial do Município”, de conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61, da Lei n.º 8.666/93, as expensas da contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

13.1. Atuará como fiscal do contrato o servidor indicador por meio de portaria

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Os recursos para o pagamento deste Contrato serão oriundos dos recursos próprios da CONTRATANTE, e serão empenhados na dotação orçamentária:

Órgão 06- secretaria de saúde

Unidade 03 – fundo municipal de saúde

Proj./Ativ.: 2.095 – manutenção das ações de média e alta complexidade ;

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00.00 – outros serviços de terceira pessoa jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Fazem parte integrante deste Contrato independente de transcrição: o processo de dispensa 31/2023 e LEI MUNICIPAL N.º 967 DE 09 DE MARÇO DE 2023 e LEI

Conte



PREFEITURA MUNICIPAL DE

NOVA LACERDA

Gestão 2021-2024

MUNICIPAL Nº 981 DE 15 DE SETEMBRO DE 2023, quais as partes se encontram vinculado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DO FORO

O foro da Comarca de Comodoro, Estado de Mato Grosso, é o competente para dirimir eventuais pendências não resolvidas administrativamente acerca deste contrato, na forma da Lei nº 8666/93 em seu art. 55, § 2º.

Este contrato se sujeita ainda às Leis municipais inerentes ao assunto. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nova Lacerda MT, 30 de outubro de 2023

UILSON JOSE DA
SILVA:62176439104

Assinado de forma digital por
UILSON JOSE DA
SILVA:62176439104
Dados: 2023.10.30 09:59:10 -04'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
UILSON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

CINTIA OHANA DA SILVA LTDA
Representante Legal